

A dignidade da razão humana e o horizonte ético pela via da prudência

The Dignity of Human Reason and the Ethical Horizon through Prudence

La dignidad de la razón humana y el horizonte ético a través de la prudência

Cintia Chung Marques Corrêa
Universidade Católica de Petrópolis
cintia.chung@ucp.br
<https://orcid.org/0000-0002-3091-8942>

Francisco Juceme Rodrigues do Nascimento
Universidade Católica de Petrópolis
francisco.42240073@ucp.br
<https://orcid.org/0009-0002-3185-3439>

RESUMO

Neste texto, discutimos algumas das possíveis contribuições de Tomás de Aquino para a formação humana no contexto atual, a partir da relevância epistemológica de conceitos como a dignidade da razão humana, o horizonte ético e o itinerário existencial pautado na virtude da prudência. A argumentação foi elaborada com base no livro VIII da Suma Teológica, numa atitude metodológica de contextualizar sua época, as contribuições de Aristóteles e a elaboração de uma síntese da filosofia cristã, com base na unidade entre fé e razão. Apresentamos a perspectiva desse pensador, por ocasião dos 750 anos de sua morte, como um referencial pedagógico para os educadores que buscam, na unidade da vida, formar pessoas comprometidas com a retidão de suas ações e o compromisso com o bem que humaniza as relações no cotidiano.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; razão humana; horizonte ético; caminho e prudência.

ABSTRACT

In this text, we discuss some of the possible contributions of Thomas Aquinas to human formation in the current context, based on the epistemological relevance of concepts such as the dignity of human reason, the ethical horizon and the existential itinerary based on the virtue of prudence. The argument was elaborated based on book VIII of the Summa Theologica, in a methodological attitude of contextualizing his time, the contributions of Aristotle and the elaboration of a synthesis of Christian philosophy, based on the unity between faith and reason. We present the perspective of this thinker, on the occasion of the 750th anniversary of his death, as a pedagogical reference for educators who seek, in the unity of life, to form people committed to the rectitude of their actions and the commitment to the good that humanizes relationships in daily life.

Keywords: Tomás de Aquino; human reason; ethical horizon; path and prudence.

RESUMEN

En este texto se discuten algunas de las posibles aportaciones de Tomás de Aquino a la formación humana en el contexto actual, a partir de la relevancia epistemológica de conceptos como la dignidad de la razón humana, el horizonte ético y el itinerario existencial basado en la virtud de la prudencia. El argumento se elaboró a partir del libro VIII de la Summa Theologica, en una actitud metodológica de contextualización de su tiempo, los aportes de Aristóteles y la elaboración de una síntesis de la filosofía cristiana, basada en la unidad entre fe y razón. Presentamos la perspectiva de este pensador, con motivo del 750 aniversario de su muerte, como referente pedagógico para los educadores que buscan en la unidad de vida, formar personas comprometidas con la rectitud de sus acciones y el compromiso con el bien que humaniza las relaciones en la vida cotidiana.

Palabras clave: Tomás de Aquino. razón humana. Horizonte ético. Camino y prudencia.

Introdução

O século XXI se revelou como um tempo da novidade constante. Na diversidade de culturas e experiências existenciais não há espaço para o envelhecimento. As instituições que insistem na reprodução do passado correm o risco do esquecimento e conseqüentemente de deixar de existir. Uma das explicações para esse fenômeno é a substituição do pensamento iluminista que tinha como referencial o esclarecimento como expressão da autonomia do sujeito, pela globalização que visa o ecossistema midiático como mecanismo de desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da inteligência artificial.

A vida humana está ameaçada. As mudanças radicais e necessárias para o equilíbrio ecológico estão longe da agenda dos países industrializados. Não estamos conseguindo erradicar os fundamentalismos religiosos e ideológico-políticos. As estruturas internacionais não conseguem atender o bem comum e são impotentes para implementar políticas eficazes para superar os conflitos. As tomadas de decisões permanecem nas mãos de uma oligarquia econômica que afetam o conjunto da humanidade.

As instituições sociais têm se mostrado frágeis na proteção das pessoas, ao mesmo tempo que presenciamos uma sociedade do cansaço, esvaziando o sentido existencial. Reduzidos a um processo produtivo de coisas e aparências, somos

conduzidos a um isolamento sem horizonte e solicitude humana. A dignidade da razão humana e o horizonte ético pela vida da prudência é uma reflexão pedagógica a partir das contribuições de Tomás de Aquino que no século XIII busca resgatar a unidade orgânica entre corpo e alma, apontando para a integração sistêmica entre fé e razão, numa oposição ao dualismo maniqueísta que prioriza a dimensão espiritual, limitando a capacidade humana de pensar, analisar e tomar decisões individuais e coletivas na perspectiva da felicidade.

O texto busca ressaltar o valor da capacidade humana de compreender, pensar e tomar decisões com liberdade e autonomia na perspectiva da emancipação, tanto individual quanto coletiva. Nesse sentido, precisamos apresentar às pessoas um percurso existencial a ser trilhado ao longo da vida, onde vamos adquirindo valores, princípios que orientam nossas ações e decisões no espaço coletivo. Fatores como crenças, tradições, culturas, filosofias políticas e experiências pessoais vão formando uma visão de mundo, na moralidade que não é estática, mas em constante aprendizagem, no diálogo e reflexão entre diferentes perspectivas e descobertas.

Nesse cenário em construção, a unidade entre fé e ciência conduz o ser humano a experiências significativas de aprendizagem, possibilitando o exercício das virtudes e a correções dos vícios. Sendo assim, propomos como alternativa viável para a formação das futuras gerações, o desenvolvimento de experiências pedagógicas com foco na aprendizagem das virtudes, considerando o acompanhamento necessário do amadurecimento humano no interior das instituições, como uma expressão cuidadosa da prudência.

Diante de tantos desafios enfrentados pela humanidade no atual contexto, parece mais aceitável uma leitura pautada no maniqueísmo, atribuindo uma realidade substancial tanto ao bem quanto ao mal, julgando achar nessa interpretação uma compreensão para os dilemas em que estamos imersos, e conseqüentemente uma justificativa para uma ataraxia diante da vida. Essa visão vai de encontro com o pensamento de Tomás de Aquino (1225-1274), que busca

elaborar uma síntese da teologia cristã, ampliando as contribuições da filosofia clássica, em especial as contribuições de Aristóteles, e sua relevância na atualidade.

Na primeira parte do texto, argumentamos em favor da filosofia natural e a dignidade da razão a partir do conhecimento mundano, destacando o rico contexto cultural da baixa Idade Média e sua integração social em torno do ponto de vista cristão que evidencia a racionalidade não mais em conflito com a religiosidade, mas como faculdade complementar na perspectiva tomista.

Na segunda parte do texto, partimos da necessidade de apresentarmos os elementos que externalizam o agir racional e a finalidade da existência humana, compreendendo os vícios e as virtudes, assim como os meios para a correção das atitudes através do acompanhamento pedagógico. Nesse cenário, a importância do conhecimento sobre as virtudes humanas que são adquiridas por hábitos bons realizados constantemente. E por fim, na terceira etapa do texto, tentamos responder a hipótese inicial sobre o valor da dignidade da razão no percurso ético que é possibilitado pela prudência, considerando o papel da educação como caminho existencial e relacional que impulsiona a boa convivência. Acreditamos que se as escolas desenvolverem atividades escolares que ensinam as crianças a pensar criticamente e a tomar decisões, elas crescerão sabendo ponderar as consequências de seus atos, resistindo aos impulsos em favor de objetivos duradouros.

A filosofia natural e a dignidade da razão a partir do conhecimento mundano

Segundo Perry (2002, p. 185), “no apogeu da Idade Média, a Europa mostrou considerável vitalidade”. O que ele descreve como florescimento cultural na filosofia e a integração da sociedade em torno do ponto de vista cristão. Um elemento de destaque nesse contexto é a ascensão das universidades que buscavam apresentar uma síntese da filosofia grega e da revelação cristã. A abrangente filosofia aristotélica da natureza e do homem, formulada exclusivamente pela razão humana, conflitava em muitos aspectos com pontos

essenciais da doutrina cristã. A questão do Universo: criado ou eterno? O dilema existencial enquanto finitude e imortalidade, despertavam o temor que a disseminação das ideias aristotélicas e o uso da lógica colocassem em risco a fé.

Rejeitando a posição dos conservadores, que insistiam em que a filosofia contaminaria a fé (Perry, 2002), Santo Tomás de Aquino (1225-1274), defendia o valor da razão humana e do conhecimento natural e empenhou-se em conciliar o aristotelismo com o cristianismo. Sua maior obra, a Suma Teológica, é uma exposição sistemática do pensamento cristão. Diante da pergunta: podem os ensinamentos da fé entrar em choque com a evidência da razão? Para Tomás de Aquino: não. Visto que tanto a fé como a razão vinham de Deus e se devidamente compreendidas, apoiam e formam uma unidade orgânica. No livro VIII da Suma Teológica, os dons do Espírito Santo se ordenam a que a criatura racional seja movida por Deus. Deste modo, Deus causa em nós a virtude e o conhecimento não somente quando os adquirimos pela primeira vez, mas também enquanto perseveramos neles.

A razão não devia ser temida, pois era outro caminho para Deus. Uma harmonia inerente entre a verdadeira fé e a razão correta. As contradições entre elas eram apenas aparentes. De acordo com o filósofo, na terra, no mundo, deveríamos deixar que a fé guiasse a razão e evitar que a razão se opusesse à fé ou a enfraquecesse. Embora a filosofia ainda não tivesse sido capaz de resolver o dilema, para Deus essa incompatibilidade não existia. Assim, ao exaltar Deus, Aquino também homenageava a inteligência humana, proclamando o valor da atividade racional e afirmava a importância da realidade física revelada pelos sentidos.

Em sua valorização da filosofia natural, encontramos uma apropriação das categorias aristotélicas numa síntese encantadora da teologia, em especial, em suas provas da existência de Deus. Deu nova dignidade à razão humana e ao conhecimento mundano. Assim, a Cidade do Homem não era apenas um lugar de pecado do qual se procurava fugir para entrar na cidade de Deus; era digna de

investigação e entendimento. Cabe ressaltar que para Aristóteles, a filosofia devia decifrar o enigma do universo, em face do qual a atitude inicial do espírito é o assombro do mistério. O seu problema fundamental é o ser, não a vida. Na síntese apresentada por Tomás de Aquino, conceitos como primeiro motor, fim último, virtudes, matéria e forma, potência e ato, indução e dedução, política e ética são apresentados na perspectiva da capacidade humana de traduzir no cotidiano das relações humanas, o bem.

A pergunta do salmista: “Que é o homem mortal para que te lembres dele? E o filho do homem, para que o visites?” (Salmo 8, 4), aplica-se não somente ao que pertence à fé a título primário e principal, mas também a tudo aquilo que a ela se ordena, a inteligência humana. Segundo ele,

cabe à dignidade da razão, considerar as realidades inteligíveis que são eternas ou necessárias, não somente como elas são em si mesmas, mas também enquanto elas são regras para os atos humanos, porque o conhecimento é tanto mais nobre quanto se estende a mais objetos (Aquino, 2012, p. 588).

Por mais que Gregório (330-395), tenha orientado a penetrar as realidades mais altas, o objeto do intelecto prático não são as coisas altas, mas as ínfimas, isto é, as singulares que são a matéria de nossos atos, sobre as coisas contingentes que podem dar-se de outra maneira, e que podem ser objeto da ação humana. O sentido de dignidade e racionalidade humana encontram no imperativo kantiano sua máxima: “Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre como um fim e nunca unicamente com um meio” (Abbagnano, 2000, p. 276). Sendo a razão, um referencial de orientação da pessoa humana em todos os campos da existência, devemos assumir um compromisso com a vida que é busca constante, sendo a racionalidade, o princípio que institui e dirige esse itinerário, tornando-o fecundo.

Por outro lado, de acordo com Anaximandro (séc. VI a. C), existe um limite que circunscreve as possibilidades de uma ação; que pode deslocar-se, mas que volta a mostrar-se após cada deslocamento. Ele chamou esse princípio que abarca

todas as coisas e as dirige de horizonte. Ora, se a ética é a “ciência do fim para o qual a conduta dos seres humanos deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza humana” (Abbagnano, 2000, p. 380), caberia à via da educação para as virtudes como a prudência, funcionar como uma disciplina do móvel que acompanha e dirige a conduta na perspectiva da retidão no agir.

Em outras palavras, se desde a infância possibilitamos “experiências de precaução em relação ao mal” (Aquino, 2012, p. 629), as ações por mais que contingentes passarão a fazer parte da matéria da prudência que permitem aos educadores um acompanhamento personalizado, observando quando o mal se mistura com bem na variedade de situações, criando situações formativas que possibilitam o discernimento e a criticidade frente às falsas aparências no processo de emancipação humana.

Entre os impulsos e a finalidade da ação humana: a conformidade com a reta razão

De acordo com Aristóteles, é necessário considerar o bem em sua universalidade, mesmo sabendo da importância do dever que temos com o cotidiano e as circunstâncias em nossa proximidade, salvaguardando a verdade e o amor pela sabedoria, num equilíbrio necessário a partir da racionalidade. Nesse aspecto se faz urgente perguntar sobre o bem que estamos procurando e indagamos o que ele é, pois não se limita ao fator prático, mas sobretudo, ao reflexivo em constante mobilidade. Para o estagirita, aquilo em cujo interesse se fazem todas as outras coisas:

Na medicina é a saúde, na estratégia a vitória, na arquitetura uma casa, em qualquer outra esfera uma coisa diferente, e em todas as ações e propósitos é ele a finalidade; pois é tendo-o em vista que os homens realizam o resto. Por conseguinte, se existe uma finalidade para tudo que fazemos, essa será o bem realizável mediante a ação; e, se há mais de uma, serão os bens realizáveis através dela (Aristóteles, 1991, p. 1).

Na compreensão de Aristóteles, exercitamos as virtudes corrigindo os meios que estão em nosso poder, tanto as virtudes quanto os vícios. Ora, se conhecemos o fim que desejamos e o meio para chegarmos ao destino, caberá a união de mentes e corpos em ações que levam ao objeto necessário.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo (Aristóteles, 1991, p. 42).

Como depende de nós, praticar atos nobres ou vis, bons ou maus, então depende também, sermos virtuosos ou viciosos. Nesse sentido, o pensador reforça a urgência da sabedoria prática que versa sobre as coisas humanas, enquanto objeto de pesquisa e elaboração de conteúdo que leva ao desenvolvimento de cidadãos capazes de deliberar bem. Sendo, pois, duas espécies de virtudes, a intelectual e a moral, cabe ressaltar que geralmente, a cognitiva cresce graças ao ensino, requerendo tempo e experiência. No caso da moral, Aristóteles reforça que nos tornamos justos praticando atos justos, na mesma lógica da aprendizagem das artes e das linguagens.

Segundo Aquino (1225-1274), a conformidade com a reta razão é o fim próprio de toda virtude moral; um agir de acordo com a razão. Mas, como e por quais caminhos o homem que age pode atingir o meio-termo da razão compete à disposição da prudência. Com efeito, ainda que atingir o meio-termo seja o fim da virtude moral, no entanto este equilíbrio não é encontrado senão pela reta disposição dos meios. Para Tomás de Aquino, a moral é intelectualista. Agir moralmente significa agir racionalmente, em harmonia com a natureza racional do ser humano. O fim das virtudes morais é o bem humano. Ora, o bem da alma humana é estar conformada à razão, porque o fim, no que se deve fazer, se tem como os princípios no conhecimento. E certos conhecimentos estão na razão

prática como conclusões; e são os conhecimentos relativos ao que é ordenado ao fim, aos quais chegamos a partir dos próprios fins.

Daí a importância do conhecimento sobre as virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança) e as virtudes teologais (fé, esperança e caridade). Segundo Tomás de Aquino, as virtudes humanas são adquiridas por hábitos bons realizados constantemente. A virtude serve para distinguir um comportamento humano e conseqüentemente as suas experiências no modo de agir. A virtude é o aperfeiçoamento das atitudes humanas para o agir correto, segundo a regra da reta razão. Elas são classificadas como humanas adquiridas ou infusas. Será humana se proceder de uma atividade humana por meio de atos bons. Será infusa se proceder de um dom de Deus, pois a graça de Deus ultrapassa todos os limites humanos. As virtudes cardeais são aquelas que abrem a porta para todas as outras virtudes, elas são denominadas principais por serem as geradoras das outras virtudes. São classificadas como cardeais, a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança.

Com base no referencial apresentado pelo pensamento tomista que coloca no alicerce da capacidade humana, a retidão no agir como movimento a priori para as relações humanas, buscamos perceber uma nova perspectiva para a formação humana, pautando as ações tanto nos princípios universais como na singularidade do cotidiano, próprio da prudência.

Uma lógica existencial que evita o mal e fortalece o bem na convivência humana

Em sua obra, “Ética à Nicômaco”, Aristóteles (384 a.C) considera a prudência como a capacidade de discernir o que é moralmente correto em situações específicas e agir de acordo com esse discernimento. Ora, pautado nessa teoria, Aquino enfatiza a necessidade da aprendizagem dessa virtude moral como fundamental no desenvolvimento da sociedade.

A prudência é, portanto, sabedoria a respeito das coisas humanas; não sabedoria absoluta, por não versar sobre a causa mais elevada e absoluta, dado que se trata do bem humano, e o homem não é o

melhor entre aquelas coisas que existem. Por isso se diz que a prudência é "sabedoria para o homem", e não sabedoria absolutamente (Aristóteles, 1991, p. 157).

Na pluralidade cultural em que estamos inseridos, encontrar o meio termo nas relações sociais é uma capacidade necessária que regula a potência do ente com o ato do ser em suas manifestações atitudinais. As experiências humanas, ora desastrosas, ora significativas, precisam da razão como condução para o que deve ser feito, sendo a prudência, uma virtude especial que atua na vigilância dos excessos e faltas quando se trata do agir moralmente. De acordo com Isidoro (560-636), "o prudente vê ao longe, é perspicaz e antecipa o desenlace dos casos incertos" (Aquino, 2012, p. 586). Os sentidos como capacidade potencial do indivíduo que sendo um ser de relações, transformam em hábitos uma constância de ações que em sintonia com a razão, desenvolvem uma lógica existencial que evita o mal e fortalece o bem na convivência humana.

Nas palavras de Aquino (1225-1274), a prudência reside propriamente na razão como capacidade de agir com retidão, sendo e fazendo o que deve ser feito. Por isso, diz o filósofo que é preciso pôr em ação prontamente aquilo que foi deliberado, mas deliberar calmamente. Nessa perspectiva, "compete à prudência montar guarda e vigiar com o maior cuidado para que não sejamos enganados por uma má persuasão que se insinua pouco a pouco"(Agostinho, 1991, p. 136). Nela se distinguem três atos: o primeiro é deliberar, ao qual compete a descoberta, porque deliberar é procurar. O segundo ato é o julgamento relativo ao que foi descoberto, o que é função da razão especulativa. Mas, a razão prática, ordenada à ação efetiva, vai mais longe e é seu terceiro ato, comandar. Este ato consiste em aplicar à ação o resultado obtido na descoberta e no julgamento. E porque este ato está mais próximo do fim da razão prática, segue-se que este é o ato principal da razão prática e, conseqüentemente da prudência.

No que se refere aos atos humanos, existem duas balizas de referência, segundo o pensamento tomista: a razão humana e a lei eterna. Por um lado, a vontade reta; por outro, os princípios; e em tudo a necessidade do conhecimento

que possibilita a avaliação pelos hábitos. Cabe à prudência, a compreensão dos universais e dos singulares no necessário discernimento na condução do agir que considera tanto o fim quanto os meios na diversidade de pessoas e empreendimento humanos. Nesse cenário, a prudência não consiste unicamente no conhecimento, mas também na vontade: porque, como foi dito, seu ato principal é comandar, que consiste em aplicar o conhecimento ao desejo e à ação. Daí, a importância de ensinar as virtudes, porque o esquecimento pode impedir a prudência que sendo uma sabedoria prática que orienta na tomada de decisões, possibilita a análise cuidadosa das possíveis consequências de uma ação antes de agir, e escolher o curso de ação mais sensato e benéfico. Uma pessoa prudente pondera os riscos e benefícios, avalia as estatísticas e consulta sua experiência e conhecimento antes de tomar uma decisão.

Segundo Aquino (1225-1274), não se trata apenas de evitar erros ou perigos imediatos, mas também de buscar o bem maior a longo prazo. A prudência envolve equilíbrio, moderação e autocontrole, evitando impulsividade e imediatismo, com base na compreensão das consequências e no respeito aos princípios morais. Compete principalmente à prudência ordenar corretamente alguma coisa a seu fim. Isso só é possível se o fim for bom e se o que é ordenado ao fim é também bom e conveniente ao fim. A prudência não significa apenas ser cauteloso ou conservador em todas as situações. Às vezes, ser prudente pode envolver correr riscos calculados ou tomar decisões que pareçam arriscadas, mas que são fundamentadas em uma compreensão sólida das circunstâncias.

Ela deve ser cultivada e desenvolvida ao longo da vida, nas experiências e reflexões vividas. É próprio da prudência não só a consideração da razão, mas também a aplicação à obra, que é fim da razão prática. Ora, ninguém pode aplicar convenientemente uma coisa à outra sem conhecer ambas: o que é necessário aplicar, e aquilo ao que se deve aplicar. Lembrando Isidoro (560-636), solícito vem de solers (sagaz) e de citus (rápido), enquanto alguém, a partir de certa sagacidade do espírito, é rápido para cumprir o que se deve fazer. Ora, isso pertence à

prudência, cujo ato principal é comandar em matéria de ação aquilo que antes foi deliberado e julgado.

A ideia de que a prudência não se estende ao bem comum, sendo uma habilidade ao bem próprio, encontra oposição na reta razão que julga que o bem comum é melhor do que o bem particular. Portanto, porque compete à razão deliberar acertadamente, julgar e preceituar naquilo porque se termina devido, está claro que a prudência visa não somente o bem particular de um só, mas também o bem comum da multidão. A inconstância implica o abandono de um bom propósito determinado. Tal abandono tem seu princípio na vontade; com efeito, ninguém se afasta do bem que se propôs a não ser porque alguma coisa lhe agrada de modo desordenado. Mas, este abandono não se consuma a não ser por uma deficiência da razão, que não o mantém firme no bem já proposto. Por isso, a inconstância, quanto à sua consumação, se refere a um defeito da razão.

A prudência que buscamos é aquela que delibera, julga e comanda retamente em vista do fim bom da vida toda. O mérito da prudência consiste na aplicação à obra, que é o fim da razão prática. É próprio do prudente ter um juízo reto do que se deve fazer. Uma reta avaliação ou opinião na ordem prática, como no plano especulativo, se adquire de dois modos: primeiro, encontrando por si mesmo; segundo, aprendendo de outros. E, assim como a docilidade dispõe para bem receber a reta opinião de outro, também a sagacidade dispõe para adquirir a reta avaliação por si mesmo.

Sendo assim, ao reconhecer que a prudência é um conhecimento do que deve ser desejado e sobre as coisas que devemos evitar (Aquino, 2012, p. 591), entendemos que é urgente e necessário inserir esse saber no rol de prioridades cognitivas a serem ensinadas nos espaços educacionais. Sendo um hábito eletivo que consiste em um meio-termo através da racionalidade, essa virtude moral atua com relação ao fim, ordenando os meios para alcançá-lo. Com base nessa tese apresentada, buscamos no tópico a seguir, apresentar a importância de um olhar

comprometido por aqueles que atuam na escola e nos demais espaços de educação, acompanhando o desenvolvimento de cada ser humano.

Uma aprendizagem necessária

Na integração entre as virtudes teologais e cardeais, Aquino (1225-1274) reforça a importância do conhecimento como possibilidade para o desenvolvimento da sabedoria que se dá pela via da racionalidade. Assim como no século XIII, em nossos dias, a competência que define a ação humana como justa e reflexiva ocupa um lugar necessário nas discussões educacionais. Educar as pessoas para uma convivência planetária diante de crises ambientais e de uma escassez de recursos básicos para que todos e todas possam viver com dignidade, exige um novo paradigma de formação para as futuras gerações.

Acreditamos que na medida que revisitamos os ensinamentos de Tomás de Aquino, sobretudo suas contribuições sobre as virtudes cardeais, temos a oportunidade de avançarmos enquanto humanidade com princípios e na capacidade de tomar decisões com sabedoria e justiça. Na leitura da Suma Teológica enquanto estudo contínuo de uma obra capaz de contribuir com a formação de estudantes capacitados a deliberar e viver em comunidade, tentamos apresentar uma abordagem que aproxima teologia, filosofia e educação como potência dialogal entre a inclinação natural e a aprendizagem que se dá pelas experiências práticas nas relações humanas.

É da razão da virtude humana tornar bom o ato humano. Entre os demais atos, é próprio do homem deliberar, porque implica uma busca conduzida pela razão relativamente à ação no que consiste a vida humana, pois a via especulativa está acima do homem (Aquino, 2012, p. 637).

Diante das questões apresentadas no passado e ainda atuais, no contexto do século XXI, como o lugar das virtudes na formação do ser humano e sua importância para que tenhamos uma sociedade capaz de conviver em paz e harmonia, cuidando da vida em sua complexidade, sendo a ação individual um ato que expressa a potencialidade da alma enquanto capacidade de vigiar e orientar o

percurso existencial a partir de uma racionalidade que direciona para o bem comum. Em tempos de um retorno à polarização entre segmentos sociais e políticos, utilizando de categorias religiosas para justificar a estratificação, revisitar a obra de Tomás de Aquino é uma oportunidade pedagógica para defender o ensino da prudência e a preocupação com o seu esquecimento.

Após o percurso cognitivo nas ideias tomistas, surge uma indagação necessária: o conhecimento proposto por ele, ainda encontra espaço na formação educacional do século XXI? Nossa resposta é afirmativa. Ensinar as virtudes cardeais em nossas escolas é essencial, sobretudo a prudência. Em um mundo marcado por tanta violência e insegurança, é necessário levar as crianças a entenderem os limites e os perigos ao seu redor, ensinando-lhes a evitar situações arriscadas e a tomar decisões que protejam sua segurança e bem-estar.

Sendo a prudência, “a reta razão no agir” (Aquino 2012, p. 588), dinâmica própria da razão prática, é próprio na educação da pessoa prudente, a necessidade de aconselhar bem, orientando o que devemos fazer para alcançar um fim. Na perspectiva da Filosofia, enquanto amor ao conhecimento que conduz o aprendiz a uma causa elevada e absoluta, a vida humana vai sendo pautada por uma reflexão constante sobre as atitudes, no sentido de acompanhar racionalmente a coerência entre os interesses particulares e o fim último da existência humana. Daí, a proximidade entre prudência e sabedoria como conhecimento amplo do bem e caminho de sabedoria para o ser humano.

Se desenvolvemos atividades escolares que ensinam as crianças a pensar criticamente e a tomar decisões, elas crescerão sabendo considerar as consequências de seus atos. O autocontrole e a disciplina encontram na virtude da prudência a força para resistir impulsos em favor de objetivos duradouros. A sala de aula pode ajudar as crianças a perceberem os sentimentos, cultivando o respeito e a empatia. Nesse cenário, a prudência envolve avaliar a situação e encontrar soluções para os desafios que enfrentamos. Ao ensiná-la, os pais e educadores, compartilham responsabilidades em suas escolhas e ações.

Ensinar prudência para as crianças não significa privá-las de experiências ou impedi-las de cometer erros. Pelo contrário, trata-se de capacitá-las a tomar decisões informadas e responsáveis, permitindo-lhes aprender e crescer com suas experiências. Isso as prepara para enfrentar os desafios da vida de maneira mais eficaz e construtiva. A partir do momento que as crianças começam a indagar sobre o mundo e suas relações, colocando em dúvidas as percepções que as rodeiam, é tempo especial para criar situações ou laboratórios em que elas precisarão tomar decisões e debater as possíveis consequências de cada escolha. A utilização da gamificação nesse processo pode ser interessante, por tratar de jogos que envolvem estratégias, aproximando os estudantes da compreensão da prudência, na experiência compartilhada de resultados adversos. Assim como atividades fora da sala de aula, observando a postura de respeito com o meio e avaliando os riscos de atitudes impulsivas.

Enquanto capacidade, a potência humana avança na direção do ato, como movimento de completude, sendo a prudência necessária tanto para o discernimento como para o zelo no agir, impedindo os erros e danos na convivência. A prudência ordena para um fim, organizando os meios que circulam entre a escolha da vontade e o conselho da razão.

A conformidade com a reta razão é o fim próprio de toda virtude moral; pois a intenção da temperança é que o homem não se afaste da razão por causa da concupiscência; do mesmo modo, a intenção da fortaleza é que ele não se afaste do reto julgamento da razão por causa do medo ou da audácia. E esse fim é imposto ao homem pela razão natural: ela dita a cada um agir de acordo com a razão. Mas, como e por quais caminhos o homem que age pode atingir o meio-termo da razão compete à disposição da prudência. Com efeito, ainda que atingir o meio-termo seja o fim da virtude moral, no entanto este meio-termo não é encontrado senão pela reta disposição dos meios (Aquino, 2012, p. 597).

Muitas instituições educacionais têm projetos de voluntariado que levam os estudantes a pensarem e refletirem sobre as necessidades dos outros, repensando o seu modo de ver o mundo e outro. O teatro é uma boa oportunidade de educação para a prudência. Ao assumir diversos papéis, em diferentes situações da vida real,

vamos aprendendo a resolver problemas de forma reflexiva e empática. Cada experiência vivenciada deve oportunizar ao final um espaço de discussão sobre questões que abordam o sentido do bem, incentivando as crianças a compartilharem seus diferentes pontos de vista e o registro das conclusões.

Infelizmente, nem sempre encontramos nos adultos que convivemos uma referência de comportamento prudente. Reconhecer nossas limitações enquanto educadores na resolução dos problemas, faltando ponderação e empatia, ajuda as crianças a entenderem nossa finitude e contingência. Sendo assim, ao promover o diálogo, estamos encorajando a participação na assembleia, engajando-as na vida da comunidade e nas possíveis soluções para os problemas comuns.

Ensinar as crianças a refletirem sobre suas experiências, registrando em diários, debates em pequenos grupos, conversas individuais, situando o conhecimento como ferramenta de mudança no mundo. Fomentar a arte de fazer perguntas, considerando diversas perspectivas e avaliando as evidências, como aprendizagem do reto pensar visando a retidão no agir. Ao reconhecer os comportamentos prudentes, somos desafiados à responsabilidade de educadores com aqueles que não sabem ou que não tiveram a oportunidade aprender. Sejam amorosos no ensinar. Um ambiente reflexivo pode ser crucial à criticidade e deliberação responsável. As perguntas apresentadas por Tomás de Aquino (1225-1274), soam em nosso contexto como alternativas de uma formação integral que entende a necessidade de uma educação que fomenta “a memória, desenvolve o intelecto, ensina a docilidade, impulsiona a sagacidade, ampliando a razão como previdência numa realidade complexa que precisa de seres humanos circunspectos e capazes de agir com precaução diante dos obstáculos da existência humana (Aquino, 2012, p. 617).

Considerações Finais

No capítulo II, seção III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, ao abordar sobre a finalidade do Ensino Fundamental, o artigo 32,

parágrafos III e IV, reforçam a necessidade do desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; assim como o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao estudar sobre a prudência, no contexto dos 750 anos de morte de Tomás de Aquino (1225-1274), dentro de sua principal obra, a Suma Teológica, livro VIII, tivemos a alegria de perceber que o caminho desenvolvido por ele enquanto síntese de um pensamento, ora em conflito, ora em integração, ajuda-nos a encontrar pistas na formação dos estudantes de hoje. Tanto o acesso aos princípios universais como os meios que possibilitam uma retidão no agir, são premissas necessárias para uma sociedade carente de justiça social. O pensamento tomista prepara o caminho, apresentando conceitos e situações de seu tempo que iluminam a reflexão dos educadores atuais, como movimento filosófico que impulsiona a ciência e a fé de forma complementar na busca pela humanização.

Na medida em que fomos nos aproximando da prudência como habilidade adquirida e que cresce através do exercício prático, sobretudo no tratamento de ações contingentes vividas no cotidiano, mais nos convencemos da importância do acompanhamento educacional que deve ser assumido por cada educador na diversidade de situações educacionais e em todas as áreas do conhecimento. A potência da ação humana não está na rigidez de verdades absolutas e que se fazem necessárias por uma imposição doutrinária, mas como lembra o filósofo, “a virtude intelectual nasce e cresce graças à experiência e ao tempo (Aquino, 2012, p. 618). A dinâmica apresentada pela escola através de experiências que impulsionam recordações e a fluidez de uma memória pujante, alimentando os sentimentos e as relações duradouras e significantes, são conteúdos indelévels de uma aprendizagem para a prudência.

Em outras palavras, as instituições educacionais devem pautar seus documentos no conhecimento universal, traduzindo o currículo em uma didática

capaz de aplicar esses princípios em ações singulares que oportunizam aos sentidos a aplicação na diversidade de situações e contextos. Quanto mais as escolas oferecem aos estudantes, cenários em que eles aprendem a ter um juízo reto do que deve ser feito, num ambiente de acolhida e reta avaliação, mas eles crescerão no autoconhecimento e na alteridade que reconhece e aprende com os outros. Por um lado, a docilidade de profissionais da educação que se dispõe a receber o estudante em formação; e por outro lado, a presença que corrige e aponta os erros cometidos no caminho para a virtude (Aquino, 2012, p. 623).

Os espaços de formação e reflexão sobre a prática docente devem ajudar na deliberação de projetos e metodologias que partindo dos dados e percepções coletivas, relacionam e enumeram os passos futuros, reconhecendo que o prudente é aquele que vê ao longe. Daí a relevância do acompanhamento das pessoas na realização das ações virtuosas ou o seu distanciamento, por meio de vícios que comprometem a sua formação. As instituições educacionais, sobretudo àquelas que atuam na educação básica, devem desenvolver programas sobre a aprendizagem de boas e nobres ações na direção do bem, que tem como método, a soma de atitudes que levam uma percepção da bondade e sua capacidade de julgar e governar o coletivo na perspectiva da felicidade.

Quanto mais possibilitamos a aprendizagem das virtudes e experiências que levam a atividades com excelência na resistência diante da facilidade dos vícios, mas nos identificamos com a proposta tomista. Em nossa sociedade marcada pela presença inesperada de um adoecimento mental, causando dor e paralisia no convívio social, aprender a ser e a relacionar com equilíbrio é expressão de sabedoria. Entre as virtudes cardeais necessárias para uma vida social, a prudência é indicada na formação das crianças a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de experiências significativas que levam o estudante a fazer julgamentos sensatos e ponderados, considerando no processo dialético de compreensão, as consequências de nossas ações antes de agir. O resultado de uma

aprendizagem sólida em virtudes é a percepção de uma comunidade escolar capaz de deliberar com base na razão, a partir de situações em constante discernimento.

A matéria da prudência são as ações contingentes, nas quais assim como o verdadeiro se mistura com o falso, o mal se mistura com o bem, devido à grande variedade dessas atitudes nas quais o bem é frequentemente impedido pelo mal e nas quais o mal assume aparência de bem. É por isso que a precaução é necessária à prudência para escolher os bens e evitar os males. Sendo assim, existe um risco iminente da imprudência em nosso mundo quando a entendemos em dois sentidos: como privação e como contrariedade. Desde situações corriqueiras como tomar decisões sobre o consumo, evitando riscos desnecessários com os recursos que possuímos, até a dinâmica dos relacionamentos pessoais, como o lidar com amigos e familiares, evitando conflitos e considerando os sentimentos do outro, numa convivência saudável.

Mas também temos situações complexas como tomar decisões relacionadas ao trabalho, mudando ou permanecendo em determinado emprego, na convivência com a pressão de um mercado que não tem tempo para a racionalidade, levando-nos muitas vezes ao cansaço existencial, a prudência atua como essa moção interna que conduz a um estilo de vida responsável. Ou seja, em meio a tantas situações de contrariedade social e afetiva, a prudência como virtude não fica apenas no campo dos princípios e axiomas gerais, ela é uma luz que ilumina os nossos comportamentos.

É da razão da virtude humana tornar bom o ato humano, sendo bondosos e retos nas decisões. A atividade educativa é uma oportunidade no acompanhamento do amadurecimento do ser humano, no ser e fazer, compartilhando alternativas viáveis de humanização. Se no tempo de Tomás de Aquino (1225-1274), o conflito se dava entre fé e razão; hoje presenciamos a tensão entre o conhecimento e o cuidado, inerente à vida e nossas debilidades, somos desafiados a buscar na alegria do coração, a força para as provações da vida.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bossi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGOSTINHO. **Da Doutrina Cristã**. Tradução de José Pereira da Silva. São Paulo: Paulus, 1991. Livro II, Capítulo 37, página 136.

AQUINO, Santo Tomás de. 1225-1274. **Suma teológica: a fé, a esperança, a caridade, a prudência**: volume 5. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Mário da Gama Kury. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF. Disponível em: Ministério da Educação - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em 14 de junho de 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: L9394 (planalto.gov.br). Acesso em 14 de junho de 2024.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Revisor de línguas e ABNT/APA: *Alexandre de Oliveira Kappaun*

Submetido em 25/07/2024

Aprovado em 13/09/2024

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)